ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES
SANTO AUGUSTO

ATA Nº22/2015 (17ª SESSÃO ORDINÁRIA)

Aos vinte e cinco dias do mês do maio do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Vereador vice-presidente João Carvalho de Oliveira (PT), Secretária Vereadora Carolina Fragoso Langner(PSB), o Poder Legislativo santo-augustense esteve reunido ordinariamente junto à sede da Câmara de Vereadores. A Sessão Ordinária contou com a presença dos vereadores: Juarez Speroni (PMDB), Joel Antunes da Rosa (DEM), Margarete Siqueira de Melo (PSDB), Marcelo Both (PP), Tânia Maria Depiere (PDT) e Ultramar Luiz de Sousa (PDT) e ausência do Vereador Horácio Ferrando Dornelles (PDT) em missão oficial representativa na XVIII Marcha a Brasilia em defesa dos Municípios. Foi efetuada a leitura de um trecho bíblico pelo Vereador Marcelo Both. Foi dispensada a leitura da ata Nº 21. Colocada em discussão e em votação sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Passou-se a leitura do expediente pela Secretária da Mesa: O relatório da Comissão de levantamento do Patrimônio da Câmara nomeada pela portaria Nº 538/2015, oficio Circular Nº 24 da ACISA, os comunicados Nºs 130908/2015 e 130909/2015 do Ministério da Educação. De origem do Poder Executivo, conforme ofício nº 144/2015, encaminhou o Projeto de Lei nº 39, de 19 de maio de 2015, que define de excepcional interesse público e autoriza contratação temporária, o qual foi baixado às comissões permanentes. Ofício Nº 146/2015, encaminhou as Leis Municipais Nºs 2.633 e 2.634 de 20 de maio de 2015 e o ofício Nº 147/2015 encaminhou o Decreto Executivo Nº 3.649 de 18 de maio de 2015. Aberto o espaço do Pequeno Expediente nenhum Vereador fez uso do espaço que foi encerrado e suspensa a sessão até às 20:00 horas para transmissão pela rádio. Aberto o espaço do Grande Expediente: O Vereador MARCELO BOTH comentou dos cortes do Governo Federal e suas conseqüências; do aniversário e o histórico do nosso Município. A Vereadora MARGARETE SIQUEIRA DE MELO comentou dos cortes do Governo Federal e da Audiência Pública sobre a avaliação financeira do Município relativo ao 1º quadrimestre de 2015, e os ajustes que o Município terá de promover. Também falou das dificuldades da Secretaria da Saúde e os desperdícios da população que exige por exames, mas não os retiram. O vereador ULTRAMAR LUIZ DE SOUSA, falou da necessidade dos vereadores continuarem a qualificar-se. Do curso que fizeram foi abordado os atos de improbidade administrativas. Sobre avaliação das finanças do Município do 1º quadrimestre de 2015 demonstrou necessidades de cortes. Enfatizou sobre a arrecadação do IPTU e suas modalidades de pagamento. Quanto a saúde, falou da quantidade exagerada de exame que muitas vezes não são retirados e dos responsáveis pela requisição dos mesmos. A Vereadora CAROLINA FRAGOSSO LANGNER, declinou seus espaço. O Vereador João Carvalho passou a Presidência da Mesa para a Vereadora secretária Carolina Fragoso Langner para se pronunciar na tribuna. Comentou da conclusão dos debates sobre a exploração das crianças e adolescentes; da eleição do primeiro conselho tutelar; do envolvimento do COMDICA, da RAISA e da SEHAS no evento. Também se manifestou a respeito dos cortes do Governo Federal, Estadual e Municipal que estão vindo, mas espera que seja passageiro. Quanto ao mau uso do dinheiro público espera que seja apurado pelo Ministério Público. A Vereadora Carolina Fragoso Langner passa a Presidência os Vereador vice-presidente João Carvalho de Oliveira. O Vereador JOEL ANTUNES DA ROSA, declinou seu espaço. O Vereador JUAREZ SPERONI, comentou do curso que participou sobre improbidade administrativa e da divergência entre o Legislativo e o Executivo em algumas matérias, que o mesmo está sendo acusado de atrasar a

votação e a aprovação do PL Nº 27. Que existe várias formas de interpretar ato de improbidade administrativa, por ação ou omissão, e as punições aos responsáveis, que votará contra o PL Nº 27 devido à sua abrangência e inconstitucionalidade, citando exemplo os Município de Guabiju e Marau. Sugeriu que sejam feitas correções para uma nova apreciação. Encerrado o espaço do Grande Expediente foi aberta a Ordem do Dia. Projeto de Lei Nº 35 de 11 de maio de 2015. Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio e repassar recursos financeiros oriundos do FMCA. Com emenda da CCJ, aprovado por unanimidade dos presentes; Projeto de Lei Nº 36 de 18 de maio de 2015. Define situação de excepcional interesse público e autoriza a contratação temporária. Com emenda da CCJ e demais pareceres favoráveis foi aprovado por unanimidade dos presentes. Projeto de Lei Nº 37 de 18 de maio de 2015. Altera a redação do Anexo I, da Lei Municipal Nº 2628, de 12 de maio de 2015, com pareceres favoráveis das comissões foi aprovado por unanimidade dos presentes. O Projeto de Lei Nº 27, de 27 de abril de 2015, que autoriza os titulares dos cargos que menciona, em caráter excepcional, a dirigir veículo do Município, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, foi pedido adiamento de votação do Líder de Bancada do PDT, Vereador Ultramar Luiz de Sousa e concedido pelo Presidente da Mesa. Encerrado a Ordem do Dia, aberto o espaço das Explicações Pessoais. Nenhum Vereador fez uso do espaço que foi encerrado. Nada mais a ser tratado, sob a proteção de Deus, foi declarada encerrada a presente sessão e convocados os edis para próxima Sessão Ordinária a realizar-se na próxima segunda-feira, conforme Regimento Interno. Constando nos anais da Casa a gravação. Nada mais a constar, eu Erineo Edemar da Luz Motta, Diretor Geral, lavrei a presente ata.